

CONFERÊNCIA DE LÍDERES SÚMULA

| | |
|---|----------------------------|
| XV Legislatura | Reunião n.º 08 |
| 1.ª Sessão Legislativa | Data: 2022.06.15 |
| 2022/2023 | Hora: 11:30 — 13:10 |
| Ordem de Trabalhos: Agendamentos | |

MESA DA AR

| | |
|------------------------|----------------------|
| Presidente | Augusto Santos Silva |
| Vice-Presidente | Edite Estrela |
| Secretários | Maria da Luz Rosinha |
| | Palmira Maciel |
| | Lina Lopes |
| Vice-Secretário | — |

GOVERNO

| | |
|--|---------------------|
| Ministra-Adjunta e dos Assuntos Parlamentares | Ana Catarina Mendes |
|--|---------------------|

GRUPOS PARLAMENTARES

| | |
|------------|-------------------------|
| PS | Eurico Brilhante Dias |
| | Pedro Delgado Alves |
| PSD | Catarina Rocha Ferreira |
| | André Coelho Lima |
| CH | Pedro Pinto |
| | Rui Paulo Sousa |
| IL | Rodrigo Saraiva |
| | Carla Castro |
| PCP | Bruno Dias |
| BE | Pedro Filipe Soares |

DEPUTADOS ÚNICOS REPRESENTANTES DE PARTIDO

| | |
|------------|-----------------|
| PAN | Inês Sousa Real |
| L | Rui Tavares |

Direção de Apoio Parlamentar: Ana Paula Bernardo
Divisão de Apoio ao Plenário: Rafael Silva

Alteração aos agendamentos da semana em curso

Foi deliberado agendar para o primeiro ponto da ordem do dia 17 de junho o Debate de Urgência, requerido pelo CHEGA, nos termos do artigo 72.º do Regimento da Assembleia da República (RAR), *sobre o caos instalado nos serviços de urgência de ginecologia e obstetrícia do País*. A Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (MAAP) confirmou a presença da Ministra da Saúde no debate.

Foi igualmente acordado agendar para a sessão plenária do dia 17 de junho um projeto de resolução da Comissão de Assuntos Europeus relativo ao Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a transparência e o direcionamento da propaganda política, tendo em conta que o mesmo incide sobre matéria da competência reservada da Assembleia da República, cuja discussão e votação deve ter lugar em Plenário.

Excecionalmente, tendo em conta os pontos acrescentados à agenda, foi deliberado, por unanimidade, começar a sessão plenária às 9h30.

Agendamentos

Foram feitos agendamentos para os dias 29 de junho e 7 e 8 de julho, tendo em conta que, no dia 30 de junho, foi requerido pelo GP da IL um agendamento potestativo sobre “S.O.S. SNS” (com possibilidade de arrastamentos sobre o mesmo tema) e, para o dia 6 de julho, foi requerida uma interpelação ao Governo do GP PCP.

Foram agendados, para o dia 29 de junho, dois debates europeus (sobre os instrumentos da governação económica da União Europeia e sobre as prioridades da presidência checa) e, para o dia 8 de julho, um debate setorial com a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Os GP deliberaram, por unanimidade, abdicar das declarações políticas semanais, neste período, em troca do agendamento de iniciativas legislativas. Por seu turno, a MAAP solicitou o agendamento da Proposta de Lei n.º 15/XIV/1.ª (GOV) que procede à alteração de legislação laboral no âmbito da agenda de trabalho digno e alertou para a necessidade de agendamento urgente de uma outra proposta de lei, relativa ao regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, que ainda dará entrada.

Foi deliberado que a Sessão Plenária do dia 20 de julho será dedicada ao Debate do Estado da Nação e a do dia 21 de julho, além das últimas votações, ao agendamento da referida proposta de lei do Governo e, ainda, da Conta Geral do Estado para 2020.

Grandes Opções

A MAAP informou que o Governo tinha obtido o acordo dos GP para apresentar a Proposta de Lei das Grandes Opções para 2023, em setembro, uma vez que foi consensualizado que o respetivo debate só se realizará em setembro.

Debate sobre o relatório de progresso de escrutínio da atividade do Governo

Foi deliberado, por unanimidade, agendar para setembro o debate com o Governo, previsto no artigo 226.º do RAR, para discussão dos relatórios de progresso das 2.ª e 3.ª Sessões Legislativas da XIV Legislatura a que se refere a alínea c) do n.º 3 do artigo 21.º do RAR, que deverão ser aprovados na próxima CPCP, agendada para o dia 29 de junho.

Calendário das audições com membros do Governo em Comissão

O PAR informou que a MAAP tinha já apresentado uma proposta de calendário para as audições com membros do Governo em Comissão que, carecendo de consensualização prévia, tinha sido enviada às Comissões para esse efeito, de modo a poder ser fixado na próxima Conferência de Líderes.

Revisão do Regimento

O PAR recordou que estava em curso o processo de revisão do RAR e que, nesse âmbito, poderiam ser apresentadas propostas até ao próximo dia 20 de junho, tendo sensibilizado para a oportunidade de clarificação de algumas questões, como a conexão material dos arrastamentos, que deveria ser mais restritiva a bem da coerência do debate do processo legislativo, e quanto ao processo de especialidade do Orçamento do Estado.

Jornadas Parlamentares do GP do PCP

O GP do PCP anunciou que realizará as suas Jornadas Parlamentares nos próximos dias 27 e 28 de junho.

Visita Oficial a Portugal do Presidente da República do Quênia

O Presidente informou que se encontrava agendada para o dia 28 de junho, às 12h, uma audiência na Assembleia da República ao Presidente da República do Quênia, no quadro da Visita Oficial que realiza a Portugal. Não obstante esse dia coincidir com as datas previstas para as Jornadas Parlamentares do GP PCP, não foi levantada qualquer objeção à realização daquela audiência.

Próxima CL

A próxima Conferência de Líderes foi agendada para o dia 29 de junho, às 11h30.

AGENDAMENTOS

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.06.17 (SEXTA-FEIRA) 09:30 HORAS

Debate de urgência requerido pelo GP do CH incidindo sobre a temática: «Sobre o caos instalado nos serviços de urgência de ginecologia e obstetrícia do País».

Tempos: Grelha própria.

Projeto de Resolução n.º 55/XV/1.ª (PS): — Recomenda ao Governo que proceda à reativação da Comissão de Acompanhamento da Descentralização.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 4/XV/1.ª (BE): — Elimina os vistos *gold* (8.ª alteração ao Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional).

Projeto de Lei n.º 109/XV/1.ª (PCP): — Revoga o regime de atribuição de “Vistos *Gold*” - autorização de residência para atividade de investimento (9.ª alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho que define as condições de entrada, permanência, saída e afastamento do território nacional).

Projeto de Lei n.º 113/XV/1.ª (PAN): — Revoga o programa de autorizações de residência para atividade de investimento, alterando a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho.

Projeto de Lei n.º 114/XV/1.ª (PAN): — Obriga o Governo a elaborar e entregar à Assembleia da República um relatório de avaliação do impacto do programa dos “Vistos *Gold*” no período de 2012 e 2021.

Projeto de Lei n.º 130/XV/1.ª (CH): — Altera o regime jurídico da emissão de Autorização de Residência para Investimento (vistos *Gold*).

Projeto de Resolução n.º 78/XV/1.ª (PSD): — Recomenda ao Governo a regulamentação urgente do Decreto – Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro por forma a permitir a operacionalização da plataforma online e a submissão de requerimentos online de Vistos *Gold* para fins imobiliários nas Regiões Autónomas da Madeira, dos Açores e no interior.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 68/XV/1.ª (CH): — Altera a lei do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, eliminando várias isenções de que os Partidos políticos beneficiam.

Projeto de Lei n.º 42/XV/1.ª (PSD): — Oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas e Eleitorais) e terceira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro (Lei de Organização e Funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos).

Projeto de Lei n.º 102/XV/1.ª (IL): — Elimina os benefícios fiscais dos partidos políticos e reduz o valor das subvenções públicas (8ª alteração à Lei de Financiamento dos Partidos Políticos, Lei n.º 19/2003, de 20 de junho).

Projeto de Lei n.º 110/XV/1.ª (PCP): — Reduz o financiamento público aos partidos políticos e às campanhas eleitorais (8.ª alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho).

Projeto de Lei n.º 116/XV/1.ª (PAN): — Revoga benefícios fiscais atribuídos aos Partidos Políticos e diminui os limites das despesas de campanha eleitoral, altera a Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais.

Projeto de Lei n.º 117/XV/1.ª (PAN): — Aumenta a transparência das contas dos partidos e dos orçamentos das campanhas eleitorais e assegura que a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos dispõe de uma estrutura orgânica estável, alterando a Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais e a Lei de Organização e Funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos.

Projeto de Lei n.º 123/XV/1.ª (BE): — Introduce medidas de justiça fiscal, igualdade de tratamento e de transparência no financiamento dos partidos políticos e campanhas eleitorais (8.ª alteração à Lei 19/2003, de 20 de junho).

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 25/XV/1.ª (PCP): — Alteração ao Regime do Arrendamento Urbano.

Projeto de Lei n.º 118/XV/1.ª (BE): — Reconhecimento de Contratos de Arrendamento (8.ª alteração ao novo Regime do Arrendamento Urbano).

Projeto de Lei n.º 119/XV/1.ª (BE): — Pela Estabilidade nos Contratos de Arrendamento (78.ª alteração ao Código Civil).

Projeto de Lei n.º 128/XV/1.ª (PAN): — Procede à alteração ao Regime do Arrendamento Urbano e prevê a não-discriminação no acesso à habitação.

Projeto de Lei n.º 131/XV/1.ª (CH): — Procede à alteração do regime de Arrendamento Urbano.

Tempos: Grelha D.

Discussão solicitada pela Comissão de Assuntos Europeus sobre o parecer da iniciativa «Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a transparência e o direcionamento da propaganda política».

Tempos: Grelha Debates Europeus.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.06.22 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate com o Primeiro-Ministro sobre política geral, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do RAR.

Tempos: Grelha própria.

Debate preparatório do Conselho Europeu, com a participação do Primeiro-Ministro, [ao abrigo da alínea a) do número 1 do artigo 4.º da Lei de

Acompanhamento e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de Construção da União Europeia].

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.06.23 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Projeto de Lei n.º 40/XV/1.ª (PSD): — Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que Aprova a Lei da Nacionalidade, revogando o artigo 14.º dessa Lei.

Projeto de Lei n.º 28/XV/1.ª (PCP): — Determina a cessação de vigência do regime de concessão da nacionalidade portuguesa por mero efeito da descendência de judeus sefarditas expulsos de Portugal em 1496 (10.ª alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro que aprova a Lei da Nacionalidade).

Projeto de Lei n.º 122/XV/1.ª (BE): — Altera a Lei da Nacionalidade e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado (10.ª alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro e 37.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 322-a/2001, de 14 de dezembro).

Projeto de Lei n.º 126/XV/1.ª (L): — Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro na sua redação atual, que aprova a Lei da Nacionalidade – revogação da norma que faz depender os efeitos da nacionalidade da filiação estabelecida durante a menoridade.

Projeto de Lei n.º 127/XV/1.ª (L): — Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro na sua redação atual, que aprova a Lei da Nacionalidade – atualização dos requisitos de que depende a concessão de nacionalidade, por naturalização, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses.

Projeto de Lei n.º 132/XV/1.ª (IL): — Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade.

Projeto de Lei n.º 133/XV/1.ª (PS): — Define as circunstâncias em que a filiação estabelecida após a menoridade pode produzir efeitos relativamente à nacionalidade, procedendo à 10.ª alteração à Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 37/81, de 3 de outubro.

Projeto de Lei n.º 134/XV/1.ª (PAN): — Revoga o artigo 14.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade.

Tempos: Grelha D.

Proposta de Lei n.º 120/XIV/3.ª (ALRAA): — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro, que aprova a atualização do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida e cria uma medida excepcional de compensação.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 809/XIV/2.ª (ILC): — Valorização do ensino politécnico nacional e internacionalmente.

Projeto de Lei n.º 115/XV/1.ª (PCP): — Valorização e reconhecimento do Ensino Superior Politécnico, reconhecendo a possibilidade de conferir o grau de doutor.

Projeto de Lei n.º 125/XV/1.ª (BE): — Cria a possibilidade de administração de doutoramentos no subsistema de ensino superior politécnico, através da alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Regime Jurídico das instituições do ensino superior.

Tempos: Grelha D.

Petição n.º 216/XIV/2.ª (Arlindo Ferreira e outros): — Pelo fim das vagas no acesso ao 5.º e 7.º escalão da carreira docente.

Projeto de Resolução n.º 54/XV/1.ª (PCP): — Recomenda ao Governo a eliminação da imposição administrativa de vagas para a progressão aos 5.º e 7.º escalões da carreira docente.

Projeto de Resolução n.º 56/XV/1.ª (BE): — Pela remoção dos obstáculos à progressão de docentes para 5.º e 7.º escalões.

Projeto de Lei n.º 80/XV/1.ª (PAN): — Proceda à revogação do atual sistema de acesso aos 5.º e 7.º escalões da carreira docente, procedendo à alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Tempos: Grelha própria.

Petição n.º 145/XIV/2.ª (Célia Cristina Martins dos Santos Freire): — Pela requalificação urgente do IC8.

Projeto de Resolução n.º 57/XV/1.ª (PCP): — Requalificação do IC8.

Projeto de Resolução n.º 68/XV/1.ª (CH): — Recomenda ao Governo a requalificação do IC8.

Projeto de Resolução n.º 70/XV/1.ª (BE): — Requalificação urgente do IC8.

Projeto de Resolução n.º 77/XV/1.ª (PS): — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de requalificação do IC8.

Projeto de Resolução n.º 83/XV/1.ª (PAN): — Requalificação urgente do IC8.

Projeto de Resolução n.º 86/XV/1.ª (PSD): — Recomenda ao Governo que execute com urgência o troço do IC8 entre Pombal e Avelar (Ansião), com

inclusão de desnivelamentos dos acessos e, proceda à cabimentação dos recursos financeiros necessários.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.06.24 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Projeto de Lei n.º 103/XV/1.ª (IL): — Assegura a independência das entidades reguladoras (4.ª alteração à lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto).

Projeto de Lei n.º 112/XV/1.ª (CH): — Regula o procedimento de dissolução do conselho de administração das entidades reguladoras e de destituição individual dos seus membros, com fundamento em motivo justificado.

Projeto de Lei n.º 121/XV/1.ª (PAN): — Altera o modelo de nomeação dos Conselhos de Administração das Entidades Reguladoras por forma a assegurar um reforço da transparência e um maior respeito pela igualdade de género, alterando a Lei-Quadro das Entidades Reguladoras.

Tempos: Grelha D.

Proposta de Lei n.º 12/XV/1.ª (GOV): — Transpõe a Diretiva (UE) 2019/884, no que diz respeito ao intercâmbio de informações sobre nacionais de países terceiros.

Tempos: Grelha D.

Petição n.º 97/XIV/1.ª (Paulo Alexandre Esteves Borges e outros): — Reconhecimento dos Direitos Intrínsecos da Natureza e de Todos os Seres Vivos.

Projeto de Lei n.º 105/XV/1.ª (PAN): — Procede à sexta alteração do Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro.

Projeto de Resolução n.º 75/XV/1.ª (PAN): — Atualização da lista de espécies em risco e em vias de extinção e Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados.

Projeto de Resolução n.º 81/XV/1.ª (PSD): — Proteger as Áreas Protegidas.

Projeto de Resolução n.º 82/XV/1.ª (PAN): — Recomenda ao Governo a emissão de um novo despacho dos prazos para indemnização por danos em animais causados pelo lobo-ibérico e a sensibilização para a adoção de medidas preventivas que evitem ataques de lobo.

Tempos: Grelha própria.

Petição n.º 223/XIV/2.ª (Associação de Profissionais de Educação de Infância): — Inclusão dos 0-3 anos no sistema educativo - Alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Projeto de Lei n.º 75/XV/1.ª (BE): — Cria o programa rede de creches públicas.

Projeto de Lei n.º 101/XV/1.ª (CH): — Novo regime jurídico da lecionação e da organização da disciplina e área curricular de Cidadania e Desenvolvimento (CD) nos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário.

Projeto de Lei n.º 104/XV/1.ª (PAN): — Cria um sistema de educação para a infância que garanta a inclusão das crianças dos 0 aos 3 anos no sistema educativo, alterando a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro.

Projeto de Lei n.º 120/XV/1.ª (PCP): — Propõe a criação de uma rede pública de creches.

Projeto de Lei n.º 129/XV/1.ª (L): — Alteração à Lei n.º 46/86, de 14 de outubro na sua redação atual, que aprova a Lei de Bases do Sistema Educativo – inclusão da educação na primeira infância no sistema educativo e criação de uma rede pública de educação na primeira infância.

Projeto de Resolução n.º 72/XV/1.ª (CH): — Recomenda ao Governo a alteração da designação de Ministério da Educação para Ministério do Ensino.

Projeto de Resolução n.º 79/XV/1.ª (PAN): — Recomenda ao Governo que crie um mecanismo de comparticipação dos custos de inscrição e frequência para as crianças que ingressem em estabelecimento de natureza privada em virtude de ausência de oferta pública e inicie o processo de criação de uma rede pública de creches.

Tempos: Grelha própria.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.06.29 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate sobre as prioridades da presidência Checa, com a participação do Governo, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de Construção da União Europeia.

Tempos: Grelha debates europeus.

Debate sobre os instrumentos da governação económica da União Europeia, com a participação do Governo, previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela AR no âmbito do Processo de Construção da União Europeia.

Tempos: Grelha debates europeus.

Projeto de Lei n.º 108/XV/1.ª (PS): — Reforça a salvaguarda do interesse público, a autonomia e a independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais, alterando a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro e a Lei n.º 53/2015, de 11 de junho.

Projeto de Lei n.º 9/XV/1.ª (PAN): — Estabelece a remuneração obrigatória dos estágios profissionais para o acesso ao exercício da profissão, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e dos estatutos de diversas associações públicas profissionais.

Tempos: Grelha C.

Projeto de Lei n.º 141/XV/1.ª (CH): — Altera a Carta de Direitos Fundamentais na Era Digital no sentido de garantir o cumprimento do direito à liberdade de expressão.

Tempos: Grelha D.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.06.30 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Agendamento potestativo requerido pelo GP da IL, incidindo sobre a temática: «S.O.S. SNS».

Tempos: Grelha A.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.07.06 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Interpelação ao Governo requerida pelo GP do PCP, cujo tema será indicado oportunamente.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.07.07 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Proposta de Lei n.º 15/XV/1.ª (GOV): — Procede à alteração de legislação laboral no âmbito da agenda de trabalho digno.

Tempos: Grelha C.

Projeto de Lei n.º 41/XV/1.ª (PSD): — Procede à Criação da Lei das Compras Públicas Circulares e Ecológicas.

Projeto de Lei n.º 142/XV/1.ª (PAN): — Estabelece medidas de promoção do desenho ecológico e do aumento do ciclo de vida dos equipamentos elétricos e eletrónicos.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 31/XV/1.ª (PCP): — Alargamento dos incentivos para a fixação de profissionais de saúde em unidades e áreas geográficas com carências em saúde.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 20/XV/1.ª (BE): — Pelo perdão total da dívida externa Ucrâniana.

Tempos: Grelha D.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.07.08 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Debate sobre política setorial com a presença da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 224.º do RAR.

Tempos: Grelha própria.



Votações regimentais.

A Deputada Secretária da Mesa,

Maria da Luz Rosinha.

CALENDARIZAÇÃO

| JUNHO 2022 | | | |
|-------------------|----------------------|--|------------------------------------|
| DIA 17 | SEXTA-FEIRA | REUNIÃO PLENÁRIA | 09:30 HORAS |
| DIA 20 | SEGUNDA-FEIRA | CONTACTO COM O ELEITORADO | |
| DIA 21 | TERÇA-FEIRA | COMISSÕES PARLAMENTARES | |
| DIA 22 | QUARTA-FEIRA | REUNIAO PLENÁRIA | 15:00 HORAS |
| DIA 23 | QUINTA-FEIRA | REUNIÃO PLENÁRIA | 15:00 HORAS |
| DIA 24 | SEXTA-FEIRA | REUNIÃO PLENÁRIA | 10:00 HORAS |
| DIA 27 | SEGUNDA-FEIRA | JORNADAS PARLAMENTARES DO GP DO PCP | |
| DIA 28 | TERÇA-FEIRA | JORNADAS PARLAMENTARES DO GP DO PCP | |
| DIA 29 | QUARTA-FEIRA | CONFERÊNCIA DE LÍDERES REUNIÃO PLENÁRIA | 11:30 HORAS 15:00 HORAS |
| DIA 30 | QUINTA-FEIRA | REUNIAO PLENARIA | 15:00 HORAS |

| JULHO 2022 | | | |
|-------------------|----------------------|----------------------------------|--------------------|
| DIA 01 | SEXTA-FEIRA | CONGRESSO DO GP DO PSD | |
| DIA 04 | SEGUNDA-FEIRA | CONTACTO COM O ELEITORADO | |
| DIA 05 | TERÇA-FEIRA | COMISSOES PARLAMENTARES | |
| DIA 06 | QUARTA-FEIRA | REUNIÃO PLENÁRIA | 15:00 HORAS |
| DIA 07 | QUINTA-FEIRA | REUNIÃO PLENÁRIA | 15:00 HORAS |
| DIA 08 | SEXTA-FEIRA | REUNIAO PLENARIA | 10:00 HORAS |